7º Seminário de Graduação e Pós-Graduação em Relações Internacionais

06/12 | Questões de Política Externa dos países da Ásia-Pacífico
Área Temática: Análise de Política Externa

A mobilização do muçulmano como inimigo pela Política Externa Indiana (2014-2023)

Renan Guimarães Canellas de Oliveira[1] (IRI/PUC-Rio)

Maria Gabriela Veloso Camelo[2] (IRI/PUC-Rio)

Rio de Janeiro
Novembro de 2024

[1] Mestrando em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. Contato: renan-canellas@hotmail.com.
[2] Bacharel em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. Contato: mgabiveloso12@gmail.com.

Resumo

O presente trabalho busca examinar como a política externa da Índia, sob o governo Modi (2014-2023), contribui para a construção discursiva do muçulmano como inimigo, reforçando a ideologia nacionalista hindu (*Hindutva*). A partir de uma abordagem pós-estruturalista, mostramos como o discurso constrói identidades e legitimações políticas, transformando diferenças religiosas e culturais em elementos de conflito e exclusão. Nós argumentamos que o discurso anti-terrorista da política externa indiana, especialmente em relação ao Paquistão, posiciona os muçulmanos como uma ameaça à identidade indiana - definida em termos hindus - e à segurança nacional. A retórica anti-terrorista facilita políticas islamofóbicas domésticas, como a Lei de Emenda à Cidadania (CAA), que marginaliza a comunidade muçulmana na Índia. Ao final, concluímos que a política externa indiana não apenas reflete, mas também reforça e (re)produz uma identidade indiana definida pelo *ethos* hindu, evidenciando a instrumentalização do discurso na construção de um "*Outro*" muçulmano.

Palavras-chave: Política externa indiana; nacionalismo hindu; muçulmano; terrorismo; discurso.

Introdução

O ano de 2014 foi marcado por um importante acontecimento na política indiana: após dez anos do governo de Manmohan Singh, do Congresso Nacional Indiano (*Indian National Congress*, INC), o popular Ministro-Chefe de Gujarat, Narendra Modi, foi empossado como o novo primeiro-ministro da Índia. Naquela época, Modi configurava-se como o principal nome do Partido do Povo Indiano (*Bharatiya Janata Party*, BJP), partido político de orientação nacionalista hindu.

O nacionalismo hindu, ou *Hindutva*, é um importante movimento político da Índia contemporânea, que tem se fortalecido, principalmente, após as eleições de 2014 e a projeção de Modi nacionalmente. A *Hindutva*, de forma geral, possui uma leitura estrita de Índia e da identidade indiana: para o movimento, o *ethos* hindu é o que define o indiano e o não-indiano (Ahmed, 2022). Nesse sentido, segundo a *Hindutva*, o **verdadeiro indiano é o hindu**. Em paralelo, como aponta Golwakar (1939), um dos principais teóricos do nacionalismo hindu, a

comunidade muçulmana[3] passa a ser discursivamente enquadrada como invasora, como uma perturbação da *Hindu Rashtra* (nação hindu), e aqueles que precisam ser expulsos dela.

Com a popularização desse discurso no *mainstream* político indiano, agências internacionais de defesa de Direitos Humanos, como a Anistia Internacional (2022) e a *Human Rights Watch* (2021) têm apontado para o crescimento da violência contra a população muçulmana. Em concomitância, observa-se, também, a *safronização*[4] da política indiana e de suas instituições: um processo que consiste em conceber a Índia como uma nação hindu, por meio da reconstrução de um passado fictício caracterizado pela unidade hindu e pela reestruturação das instituições políticas para representar os ideais da maioria (Anderson; Jaffrelot, 2018; Huju, 2022).

Dado este contexto, o presente trabalho busca entender, a partir de uma perspectiva pós-estruturalista, como a política externa indiana ***também*** é um importante *locus* utilizado pelo nacionalismo hindu para a construção discursiva do muçulmano como um inimigo. Para isso, examinaremos como importantes figuras da política externa indiana enquadraram muçulmanos discursivamente como terroristas. O foco nesse tipo de enquadramento se dá, principalmente, pela conflituosa relação política da Índia com o Paquistão, este último sendo tratado pela política externa indiana como um Estado financiador do terrorismo internacional.

A partir de uma perspectiva pós-estruturalista, pretendemos demonstrar, nesse sentido, que os discursos anti-terroristas, que constroem identidades e alteridades no nível da política externa, criam condições de possibilidade para a emergência de políticas islamofóbicas por parte do governo indiano, como a CAA.

O discurso e a produção de identidades

No estudo das Relações Internacionais, tendo em mente as abordagens pós-estruturalistas, a análise do discurso aparece como uma importante ferramenta. A linguagem aqui passa a ser entendida não apenas como um reflexo da realidade, como em abordagens positivistas, mas como uma força ativa para moldá-la, construindo identidades e significados.

A partir deste tipo de análise é possível revelar as dinâmicas de poder subjacentes e as maneiras pelas quais as identidades e as políticas são construídas por meio do discurso. Esse método analítico sugere que a forma como as questões são enquadradas e discutidas pode

[3] Os muçulmanos representam 14% da população da Índia, sendo assim a maior minoria religiosa do mundo (Census India, 2011)

[4] O termo “safronização” vem do açafrão, planta de cor alaranjada associada à cultura e tradição hindu (Huju, 2022).

influenciar significativamente as ações e os resultados políticos. A análise do discurso não se limita às declarações oficiais dos governos. São examinadas várias fontes, como relatórios da mídia, discursos políticos, escritos acadêmicos e até mesmo a cultura popular, usando o suficiente para identificar uma narrativa que prevalece (Neumann, 2008). A análise do discurso, portanto, é uma ferramenta poderosa para desvendar as complexidades das relações internacionais, compreendendo o papel da linguagem na formação de percepções, identidades e, por fim, ações políticas.

Neste trabalho, essa proposta metodológica será usada para entender como muçulmanos são mobilizados como inimigos pela política externa indiana sob um governo nacionalista hindu. A análise de discurso faz-se necessária aqui pois argumentamos que é através de práticas discursivas que o muçulmano é constituído como um *Outro* contra qual a comunidade hindu precisa ser protegida.

Neumann (2008), destaca que a percepção não é objetiva, mas é mediada por categorias, modelos e princípios socialmente construídos, com a linguagem desempenhando um papel central na formação dessas percepções. Isso significa que a compreensão sobre os "muçulmanos" - assim como de qualquer outro grupo político - não é inerente ou fixa, mas sim moldada pelos discursos predominantes em nosso contexto social. Nesse sentido, devemos também ler a *Hindutva* como um discurso, pois ela dá significado a uma realidade particular em formação.

É preciso compreender a *Hindutva* não apenas como uma ideologia ou filosofia política, mas como um discurso que molda a realidade. Ler a *Hindutva* como um discurso permite compreender o poder da linguagem na formação dos processos sociopolíticos contemporâneos da Índia. Além disso, enquadrar o nacionalismo hindu como um discurso permite uma compreensão mais profunda de seu papel na produção e reprodução de uma identidade indiana estreita, enraizada na cultura e história hindu, definida principalmente em oposição a uma identidade muçulmana.

Campbell (1992), afirma que:

> A identidade é uma dimensão inevitável do ser. Nenhum corpo poderia existir sem ela. Por mais inevitável que seja, a identidade - seja ela pessoal ou coletiva - não é fixada pela natureza, dada por Deus ou planejada pelo comportamento intencional. Em vez disso, a identidade é constituída em relação à diferença. Mas a diferença também não é fixada pela natureza, dada por Deus ou planejada pelo comportamento intencional. A diferença é constituída em relação à identidade. [...] Além disso, a constituição da identidade é alcançada por meio da inscrição de limites que servem para demarcar um "dentro" de um "fora", um "eu" de um "outro", um "doméstico" de um "estrangeiro". (Campbell, 1992, p. 352, *tradução nossa*)

Campbell argumenta que a identidade, tanto individual quanto coletiva, não é inerente, mas sim construída em relação à diferença, como observa-se no trecho acima. Na ontologia e epistemologia pós-estruturalista, as identidades não são entendidas como fixas ou estáveis, estando sempre em processo de construção, e é por meio do discurso que políticos, elites nacionais, burocracias, etc., tentam estabilizá-las, fixá-las ou mudá-las. Devido à instabilidade das identidades, a linguagem é o local de produção e reprodução delas, sempre por meio de um processo de diferenciação (Campbell, 1992; Hansen, 2006).

Isso significa que não existe uma identidade "hindu" ou "muçulmana" pré-existente. Essas identidades são formadas por meio de um processo de diferenciação, em que um grupo se define em relação a outro. Esse processo de diferenciação[5] não é neutro e está profundamente inserido nas relações de poder.

Representações específicas, repetidas ao longo do tempo, tornam-se institucionalizadas[6] em um discurso, moldando percepções e, por fim, influenciando ações (Neumann, 2008). No caso da *Hindutva*, certas representações dos muçulmanos - como "invasores", "estrangeiros" ou ameaças à cultura hindu - tornaram-se institucionalizadas, moldando a percepção pública e legitimando políticas discriminatórias. Nesse sentido, o discurso em torno dos muçulmanos molda ativamente como eles são percebidos, independentemente de suas práticas ou crenças reais. Isso envolve o uso de narrativas históricas, textos religiosos e até mesmo eventos contemporâneos para apoiar a ideia de que os muçulmanos são uma ameaça inerente à Índia.

Campbell destaca como a articulação do perigo é fundamental para a construção da identidade e a legitimação das ações do Estado (Campbell, 1992, p. 353). No caso da *Hindutva*, o discurso do medo, construído em torno da representação dos muçulmanos como uma ameaça, desempenha um papel fundamental na solidificação de uma identidade "hindu" e na justificativa de ações contra a comunidade muçulmana. Assim como fazia o discurso dos Estados Unidos sobre as Filipinas, trabalhados por Doty (1993) em *Foreign Policy as Social Construction*, o discurso do nacionalismo hindu também emprega binários. Oposições binárias como "hindu/muçulmano", "nacional/anti-nacional" e "civilizado/bárbaro" são mobilizadas para construir uma "realidade" em que a identidade hindu é privilegiada e a identidade muçulmana é demonizada. Essa "realidade" construída serve para justificar políticas e ações discriminatórias.

Hansen (2006) enfatiza que a identidade é construída por meio de um processo duplo de vinculação e diferenciação. Isso significa que os grupos se definem não apenas pelo que

[5] *Othering*, no caso de Campbell (1992).
[6] "A demonstração do discurso institucionalizado pode ser feita simplesmente provando que as metáforas aparecem regularmente nos mesmos textos." (Neumann, 2008. p. 62, *tradução nossa*).

são, mas também pelo que não são. Eles se vinculam a um conjunto de atributos positivos e se diferenciam de um conjunto de atributos negativos que são projetados no "*Outro*". A identidade "hindu" é construída ligando-a a ideias de herança antiga, pureza cultural, unidade nacional e, muitas vezes, a um passado vitimado. A comunidade muçulmana é construída como o "*Outro*", atribuindo-lhe características negativas, como estrangeirismo, agressividade, fanatismo e uma ameaça à cultura hindu e à segurança nacional.

O discurso em torno dos muçulmanos não está simplesmente descrevendo uma realidade preexistente, mas construindo ativamente uma "realidade" específica em que eles são vistos como uma ameaça. É fundamental reconhecer que esse significado construído ganha o status de "verdade" dentro do discurso dominante.

Milliken (1999) destaca a importância de examinar o senso comum no discurso. O senso comum se refere às crenças e suposições amplamente aceitas que geralmente são tidas como certas e raramente questionadas. O discurso da *Hindutva* efetivamente explora e reforça um senso comum específico que vê os muçulmanos como inerentemente diferentes e ameaçadores. Esse senso comum é construído e disseminado por meio de vários canais, inclusive discursos políticos, representações da mídia e currículos educacionais, por exemplo. O discurso constroi as categorias por meio das quais entendemos o mundo, molda nossas percepções de indivíduos e grupos e, por fim, influencia nossas ações.

A *Hindutva*, como um discurso, tem importantes consequências reais, produzindo a materialidade. Um importante exemplo diz respeito à mudança de nomes de cidades, ruas e estações de trem que têm alguma conexão com nomes de figuras muçulmanas da história do país ou simplesmente soam islâmicos, ou são de origem urdu — a língua falada pela maioria dos muçulmanos na Índia. A cidade de Allahabad, nomeada pelos governantes mogóis no século XVI, agora é chamada Prayagraj (Ahmad, 2018). Aurangabad foi alterada para Chhatrapati Sambhaji Nagar, e Osmanabad agora é conhecida como Dharashiv (Apoorvanand, 2023). Em 2015, inúmeras placas de rua em Nova Délhi com nomes urdu/muçulmanos, incluindo *Aurangzeb Road*, nomeada em homenagem ao sexto imperador mogol, foram pintadas de preto por militantes hindus. Nos meses subsequentes daquele ano, o governo mudou o nome para A. P.J. Abdul Kalam, um ex-presidente da Índia pró-BJP (Ahmad, 2018).

***Hindutva*, política externa indiana e o discursos anti-terrorista**

Como aponta Jaffrelot (2021), o nacionalismo hindu nasceu entre o final do século XIX e o início do século XX, momento de grande efervescência sócio-política no processo de

independência da Índia. O nacionalismo hindu, de acordo com Ahmed (2022), além de ser uma filosofia política, pode ser entendida como uma resposta ao nacionalismo indiano mobilizado na luta pela independência, encabeçado por Jawaharlal Nehru, Mahatma Gandhi e outros.

O nacionalismo de Nehru e Gandhi entendia a Índia como um espaço plural, em que todos os indianos compartilhavam de um mesmo destino, uma história comum, tradições comuns e ideias comuns que preconizavam a unidade política (Ahmed, 2022). Com a independência, o nacionalismo indiano passou a ser associado ao projeto de nação perseguido por Nehru e pelo Congresso Nacional Indiano. Para que a unidade política da Índia fosse mantida, diferenças culturais e religiosas precisavam ser postas de lado. Nesse sentido, Nehru entendia todos os indianos, independente da religião, como cidadãos de direitos iguais. Essa perspectiva é reiterada no discurso de Nehru em 1947 sobre a independência da Índia:

> Somos cidadãos de um grande país, à beira de um avanço ousado, e temos que viver de acordo com esse alto padrão. Todos nós, independentemente da religião a que pertençamos, somos igualmente filhos da Índia, com direitos, privilégios e obrigações iguais. Não podemos incentivar o comunalismo ou a estreiteza de espírito, pois nenhuma nação pode ser grande cujo povo seja estreito em pensamento ou em ação. (Nehru, 1947, n.p).

Para Khilnani (1997, p. 4, *tradução nossa*), esse período "pode ser visto como a aventura de uma ideia política: a democracia". Para além da democracia, a valorização do secularismo era também central para definir esse projeto de nação - era quase que o pilar necessário para sustentar a democracia, sem o qual esta última não seria possível em um país etnica e religiosamente fracionado.

Por outro lado, com a missão de reformar a sociedade, que havia tido sua espiritualidade corrompida pelo materialismo europeu (Jaffrelot, 2021), o nacionalismo hindu (re)imagina a identidade, história e valores tradicionais indianos a partir do *ethos* hindu. Assim, caracterizada por articular o sentido de pertencimento a uma nação comum a uma parcela específica da sociedade indiana - os hindus (Tharoor, 2018) - a *Hindutva* passou a ser, no século XX, acima de tudo, uma oposição às expressões islâmicas no subcontinente indiano (Jaffrelot, 2021). Por conta disso, a forma que a *hindutva* enquadra a identidade indiana - estreita e definida em termos religiosos - vai de encontro à identidade indiana de Nehru - multicultural e ampla.

Vinayak Damodar Savarkar, o fundador teórico e conceitual da *Hindutva*, a enxerga como uma história e até mais ampla do que o hinduísmo:

> Não apenas a história espiritual ou religiosa do nosso povo, como às vezes é equivocadamente entendida ao ser confundida com o outro termo cognato Hinduísmo,

> mas uma história completa. O Hinduísmo é apenas um derivado, uma fração, uma parte da Hindutva (Savarkar, 1923, p. 4, *tradução nossa*).

Segundo Savarkar, a *Hindutva* não pode ser confundida com o Hinduísmo porque é muito mais do que uma religião, vai além da fé hindu. Especificamente, a partir da interpretação de Tharoor (2018), para Savarkar a *Hindutva* pode ser descrita como “uma filosofia política” que define “a qualidade de ser hindu em termos étnicos, culturais e políticos” (Tharoor, 2018, p. 55, *tradução nossa*). A constituição da *Hindutva* foi a reação de Savarkar à mobilização pan-islâmica do Movimento Khilafat, no final da década de 1910, quando os indianos muçulmanos se reuniram contra a política britânica sobre a desmembramento do Império Otomano após a Primeira Guerra Mundial:

> Para Savarkar, os muçulmanos da Índia constituíam uma quinta coluna cuja lealdade era a Meca e Istambul (a capital política da Umma até a década de 1920). Embora em minoria, os muçulmanos eram uma ameaça para os hindus devido ao seu pan-islâmismo e porque, sendo mais agressivos e melhor organizados, poderiam superar os hindus, que permaneciam ineficazes e divididos em muitas castas e seitas. (Jaffrelot, 2009, p. 23, tradução nossa).

Para Tharoor, a *Hindutva* é uma filosofia política poderosa porque articula discursivamente o sentido de pertencimento não apenas a uma nação comum (*rashtra*), mas também a uma raça comum (*jati*) e a uma civilização comum (*sanskriti*), "representada em uma história comum, heróis comuns, uma literatura comum, uma arte comum, uma lei comum e uma jurisprudência comum, feiras e festivais comuns, ritos e rituais, cerimônias e sacramentos comuns" (Tharoor, 2018, p. 56, *tradução nossa*).

É nesse contexto que M. S. Golwalkar, líder da principal instituição nacionalista hindu, a Rashtriya Swayamsevak Sangh (RSS)[7], entre 1940-1973, enquadrou discursivamente os muçulmanos como ‘ameaças internas’. Golwalkar construiu uma retórica que enquadrou a comunidade muçulmana como invasora, como uma perturbação da *Hindu Rashtra* e como aqueles que deveriam ser expulsos dela:

> Certamente a Nação Hindu não foi conquistada. Ela continua lutando. Desde aquele dia maligno, quando os muçulmanos desembarcaram pela primeira vez no Hindustão, até o momento presente, a Nação Hindu tem lutado corajosamente para se livrar dos saqueadores. É a sorte da guerra, a maré vira ora para este lado, ora para aquele, mas a guerra continua e ainda não foi decidida. Tampouco há medo de que seja decidida em nosso detrimento. O Espírito da Raça tem despertado. O leão não estava morto, apenas

[7] Organização paramilitar que se define como um movimento de reconstrução nacional e um corpo de pensamento e ação firmemente enraizado no "nacionalismo genuíno" e na "tradição antiga do país" (RSS, 2012, s.p., *tradução nossa*).

> adormecido. Ele está se levantando novamente e o mundo terá que ver o poder da Nação Hindu regenerada esmagar as hostes inimigas com seu poderoso braço. (Golwalkar, 1939, p. 53, *tradução nossa*).

Segundo Ahmed (2022), a interpretação de Golwalkar sobre o nacionalismo hindu foi fortemente influenciada pelo fascismo europeu. Ele reinterpretou o Estado e a nação em termos étnicos e aplicou a construção racial primordial à *Hindutva*.

Ao discursivamente enquadrar os muçulmanos como os "nefastos", os "responsáveis por atos de violência e derramamento de sangue" e por "atividades separatistas e subversivas", Golwalkar (1966, p. 209-219, *tradução nossa*) demarcava a diferença destes para os hindus, estes últimos sendo os únicos leais à nação indiana, e portanto, os *verdadeiros* indianos. A *Hindutva*, nesse sentido, produz a partir do discurso a identidade indiana em oposição à identidade muçulmana: ao passo que os hindus são os que garantem a pureza da raça indiana, os muçulmanos são os que a ameaçam (Golwalkar, 1939). Além disso, Golwalkar era simpático ao expurgo das minorias para "manter a pureza da raça e de sua cultura" (Golwalkar, 1939, p. 88, *tradução nossa*). Para ele, o "Hindustão é a terra dos hindus e é a *terra firme* para a nação hindu florescer sozinha" (Golwalkar, 1939, p. 101, *tradução nossa*).

A *Hindu Rasthra*, seguindo a mesma lógica, é produzida em oposição a uma Índia "invadida" pelos muçulmanos. "Enquanto o discurso nehruviano oferece uma narrativa mais inclusiva da história fundacional da Índia e destaca a mútua mistura cultural-religiosa" (Wojczewski, 2020, p. 9, *tradução nossa*), a *Hindutva*, como discurso, "constroi a sua identidade nacional" - uma identidade hindu - "através de uma delimitação simultânea de algo que é diferente ou *Outro*" - os muçulmanos (Campbell, 1992 e Neumann, 1996b apud Hansen, 2006, p. 19, *tradução nossa, ênfase nossa*).

Com a ascensão de Modi e do BJP, a *Hindutva* ganhou *momentum* na política indiana. Antes entendida como periférica ou alheia ao *mainstream* político indiano, organizações e indivíduos que fazem parte do movimento estão participando de mesas de negociações, influenciando a política pública, sendo nomeados para cargos de liderança em universidades, instituições culturais, agências econômicas do governo e até mesmo no judiciário (Anderson e Longkumer, 2018).

O 'expurgo' e esforço para 'purificar a raça' defendido por Golwalkar não é mais "apenas" retórico, sendo a *Hindutva*, nesse sentido, um importante produtor da realidade sociopolítica indiana. Mais do que informar políticas públicas, o nacionalismo hindu está remodelando a identidade indiana em um processo de diferenciação que marginaliza a comunidade muçulmana como o *Outro*.

Como apontam Jaffrelot (2021), Anderson e Longkumer (2018), Kinnvall (2019) e tantos outros, o processo de *safronização* e *outrização* de muçulmanos é evidente na política doméstica indiana. Desde políticas de reescrita da história indiana, que retratam muçulmanos como invasores em livros escolares, até a revogação do status especial de autonomia de Jammu e Caxemira em 2019[8], a administração do Modi tem utilizado a burocrácia para avançar a agenda nacionalista hindu, num processo que, simultaneamente, (re)produz uma identidade indiana restritiva e que tem como base o *ethos* hindu.

Partindo de uma ontologia e epistemologia pós-estruturalistas, analisar o papel da *Hindutva* na política externa indiana se faz importante uma vez que a política externa é o *locus* de (re)produção de identidades. Isso porque é através da política externa que o Estado é capaz de articular ameaças e *Outros* radicais para construir a sua própria identidade em um processo de diferenciação - segundo Campbell (1992), é um processo de transformar a diferença em *Alteridade*[9].

Uma política externa baseada na *Hindutva* tenderia a priorizar maiores investimentos em Defesa e uma postura mais assertiva na busca por seus interesses, acompanhada pela aspiração de atuar como uma grande potência emergente (Hall, 2019). Essa lógica reflete-se em seu manifesto eleitoral de 2014, no qual o BJP tinha como proposta "reiniciar e reorientar fundamentalmente as metas, o conteúdo e o processo da política externa" (BJP, 2014, p. 39, *tradução nossa*), com o objetivo de construir "uma Índia forte, autossuficiente e autoconfiante, reconquistando seu lugar de direito na comunidade das nações" (BJP, 2014, p. 39, *tradução nossa*).

No entanto, autores como Rajesh Basrur (2017) e Frederic Grare (2014) argumentam que a política externa indiana não foi alterada pela chegada de Modi ao poder. Para eles, a política externa de Modi é marcada pela continuidade da política externa indiana de forma mais ampla. Ou seja, busca pela integração mais profunda na economia global, tentativa de aumentar seu poder militar - ainda que de forma moderada, bem como o fortalecimento no engajamento em instâncias multilaterais, como a ONU, o G20 e o BRICS (Hall, 2019).

Nesse sentido, Basrur (2017) argumenta que, ainda que Modi destaque a importância do poder e que as resposta da Índia às provocações chinesas e paquistanesas devessem ser assertivas e mais violentas, não havia mudanças evidentes na política externa sob o governo do BJP. Como ele afirma:

---

[8] Apenas **Jammu e Caxemira** e Lakshadweep são as únicas duas regiões administrativas da Índia com maioria muçulmana (Pew Research Center, 2021).
[9] Do original, "*Otherness*".

> As evidências não mostram nenhum padrão específico de pensamento ou ação de política externa adotado por Modi (ou mesmo por seu antecessor Vajpayee, do BJP) que reflita um viés nacionalista hindu, tão evidente na arena doméstica, na política externa indiana sob o BJP (Basrur, 2017, p. 25, *tradução nossa*).

Ian Hall (2019), por outro lado, discorda de Basrur e Grare ao destacar que, apesar de não haver um corte evidente no engajamento com outros países estratégicos, como Estados Unidos, China e Paquistão, houve uma verdadeira 'transformação' na política externa indiana sob Modi. Para Hall, Modi é um ator 'transformacional' da política indiana, e não um 'transacional'. Nesse contexto, o autor argumenta que o primeiro-ministro procurou reinventar a política externa da Índia, substituindo uma visão 'antiga' por uma 'nova' abordagem baseada não no pragmatismo ou no realismo, mas na ideologia nacionalista hindu. Modi buscou uma política externa moldada pelo *ethos* civilizacional da Índia, entendido em termos hindus (Hall, 2019).

Assim, segundo Hall (2019), a política externa de Modi se reinventou principalmente em termos culturais e religiosos, em um esforço de exportar a tradição espiritual, cultural e filosófica da Índia - alinhado com o 'destino da Índia' segundo os valores hindus: ser um guia espiritual do mundo, um 'guru mundial' (*vishwa guru*). Ao fazer uso de elementos culturais hindus, Modi (re)produz uma identidade indiana *hindu* no plano de sua política externa. O autor aponta para diversas práticas na condução da política externa de Modi que podem ser entendidas como *safronizantes*, como a diplomacia religiosa, visitas a locais religiosos no exterior, uso de fundações privadas administradas por líderes espirituais ou religiosos como fóruns quase-diplomáticos, entre outros.

Diferentemente de Hall (2019), que entende as transformações na política externa indiana sob Modi através da diplomacia cultural e de uma supervalorização da tradição hindu, Kinnvall e Svensson (2021), contudo, fazem uma leitura distinta, à qual nos aproximamos neste trabalho. Para os autores, o pragmatismo da política externa de Modi, que seria uma continuidade de uma tradição mais extensa da política externa indiana de forma geral, como indicado por Basrur (2017) e Grare (2014), deve ser questionado, principalmente se levarmos em conta a relação com o Paquistão (2021).

Desde 2016, a política externa de Modi em relação ao Paquistão tem se caracterizado, principalmente, como confrontacional (Kinnvall e Svensson, 2021). Nesse sentido, argumentamos que o que faz a política externa de Modi confrontacional ao Paquistão é a forma pela qual seu governo tem lidado com o terrorismo paquistanês. É justamente ao mobilizar um discurso anti-terrorista em sua política externa que o governo nacionalista hindu de Modi (re)produz uma identidade de um muçulmano inimigo, que precisa ser combatido.

Argumentamos, nesse contexto, que esses discursos e a tentativa de estabilizar essa identidade de um *Outro* muçulmano que ameaça a comunidade hindu é altamente producente para a sustentação de políticas domésticas extremamente controversas, como a Lei de Emenda à Cidadania (2019), que só se justifica por causa da existência deste inimigo. Os próximos parágrafos pretendem articular essa ideia com mais atenção.

Historicamente, o Paquistão ocupa um espaço delicado na política externa indiana. Rohan (2020) argumenta que a essência da rivalidade indo-paquistanesa está encaixada em diferentes concepções sobre o papel da religião como ideologia legitimadora da nacionalidade e do Estado. Com a Partição do Raj Britânico, a Índia se tornou um Estado secular, ao passo que o Paquistão seguiu um projeto de nação islâmico: a justificativa da criação do Paquistão era, essencialmente, religiosa - Muhammad Ali Jinnah, fundador do Paquistão, defendia que, sem a criação de um Estado islâmico, a minoria muçulmana não teria segurança no Sul da Ásia.

Após a Partição, em 1947, Paquistão e Índia protagonizaram alguns conflitos militares, como as três Guerras Indo-Paquistanesas (1947, 1965 e 1971) (Basrur, 2015). Atualmente, dois pontos são centrais na relação entre esses Estados: a região da Caxemira e o combate ao terrorismo paquistanês - vamos nos ater, por motivos de espaço e escopo deste trabalho, ao segundo ponto.

Como destacado no manifesto eleitoral do BJP de 2014, o combate ao terrorismo internacional deveria ser um pilar importante para a política externa indiana. Durante a campanha eleitoral daquele ano, o partido prometeu que a Índia iria defender uma opinião internacional uniforme sobre o terrorismo (BJP, 2014). Naquele mesmo ano, em seu primeiro discurso como PM da Índia na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), Modi afirmou que o Sul da Ásia continuava enfrentando a ameaça “desestabilizadora do terrorismo” (Modi, 2014, s.p., *tradução nossa*). Alinhado com o manifesto eleitoral de seu partido, o primeiro-ministro indagou se a comunidade internacional realmente estava fazendo o possível para combater o terrorismo global. Nesse sentido, argumentou que os Estados ainda “permitem santuários terroristas em seu território ou usam o terrorismo como instrumento de sua política” (Modi, 2014, s.p., tradução nossa). Ainda assim, o recém empossado primeiro-ministro afirmou que seu governo estava preparado para engajar em um diálogo bilateral pacífico com o Paquistão, “sem a sombra do terrorismo” (Modi, 2014, s.p., *tradução nossa*). Naquele momento, ao passo que Modi criticava abertamente o terrorismo, não fechava completamente as portas para o diálogo com o Paquistão, históricamente entendido pela diplomacia indiana como um Estado promotor do terrorismo, tão criticado pelos nacionalistas hindus.

O ano de 2016 foi marcado por dois violentos ataques terroristas na Índia: um em janeiro, direcionado a base aérea de Pathankot, em Punjab, e outro em Uri, na região da Caxemira administrada pela Índia. Os dois ataques foram extremamente prejudiciais para as relações diplomáticas entre Índia e Paquistão, fazendo com que importantes figuras da PE indiana criticassem duramente o Paquistão.

O ataque de Pathankot, perpetrado em janeiro de 2016, foi assumido pelo grupo terrorista *United Jihad Council*. O ataque ocorreu menos de uma semana depois da visita de Modi ao Paquistão, marcada por um encontro com sua contraparte paquistanesa, o primeiro-ministro Nawaz Sharif (The Hindu, 2015). O ataque esfriou os esforços de aproximação diplomática entre ambas as partes, compromisso firmado por Modi ainda em 2014, principalmente após os indícios de envolvimento de cidadãos paquistaneses no ataque (Times of India, 2016).

No que diz respeito ao ataque em Uri, este foi perpetrado pela organização terrorista baseada no Paquistão, *Jaish-e-Mohammed*. A investida foi a mais mortal contra as forças de segurança na Caxemira em duas décadas, resultando na morte de 19 soldados indianos (BBC, 2016). Em seu Twitter/X, Modi condenou os ataques, afirmando também que “os responsáveis por esse ataque desprezível não ficarão impunes” (Modi, 2016, s.p., *tradução nossa*).

Durante a Assembleia Geral de 2016, oito dias após o ataque em Uri, Sushma Swaraj, Ministra das Relações Exteriores da Índia entre 2014-2019, afirmou que o terrorismo é “a maior violação dos Direitos Humanos” e questionou: “quem está por trás disso e quem se beneficia com isso? Os terroristas não possuem bancos ou fábricas de armas, portanto, façamos a pergunta real: quem financia esses terroristas, quem os arma e fornece santuários?” (Swaraj, 2016, s.p., *tradução nossa*).

Swaraj defendeu ainda que as nações que "ainda falam a língua do terrorismo, que o alimentam, vendem e exportam" (Swaraj, 2016, s.p., tradução nossa) precisam ser identificadas e responsabilizadas. Nesse sentido, a ministra usou o principal espaço da ONU para culpar o Paquistão e enquadrá-lo como cúmplice do terrorismo transfronteiriço. Ao fazer esse enquadramento, Swaraj, como uma importante figura da política externa indiana, tenta discursivamente estabilizar uma identidade paquistanesa - e, portanto, muçulmana - que deve ser entendida como um inimigo global e que ameaça os direitos humanos, e que nesse sentido, precisa ser combatido.

Na 72ª AGNU, o Primeiro Secretário Eenam Gambhir, ao exercer um direito de resposta às declarações paquistanesas, fez fortes declarações sobre o Paquistão, seguindo o padrão dos discursos apresentados acima. Logo de início o representante indiano enquadra o

Paquistão como um Estado apoiador do terrorismo e negligente quanto a situação na Caxemira[10]. Tocando em um outro ponto, Gambhir se dirigiu a representante do Paquistão e questionou: “Pode a representante do Paquistão esclarecer como é que os santuários do terrorismo e os refúgios seguros para terroristas no seu país continuam a florescer, apesar das louvadas operações antiterroristas do exército paquistanês e dos milhões de dólares de ajuda internacional contra o terrorismo que vocês recebem?” (Gambhir, 2017, s.p., *tradução nossa*).

A imagem do Paquistão como um polo do terrorismo é continuamente reforçada ao longo deste discurso. Gambhir dirige-se ao Paquistão como “'Terroristão”[11], além de acusar o país de utilizar o terrorismo como instrumento político, retratando-o como indigno da confiança da comunidade internacional. O representante indiano menciona, também, a presença de milícias e outros grupos armados que supostamente atuam no Estado paquistanês a fim de compor uma imagem de Estado caótico, violento e incapaz de proteger seus cidadãos[12]. Ele afirma que as opiniões de um “Estado disfuncional que constroi atrocidades sobre atrocidades contra o seu próprio povo, pregando valores de tolerância, democracia e direitos humanos” (Gambhir, 2017, s.p, *tradução nossa*) que foram ouvidas no fórum precisavam ser inteiramente rejeitadas.

Ao enquadrar consistentemente o Paquistão, e sua população - em maioria, muçulmanos -, como um patrocinador do terrorismo e engajado em fraudes, o discurso constrói uma identidade imbuída de significantes negativos para o país. Em contrapartida, o discurso posiciona a Índia como a vítima das ações do Paquistão. Por meio de discursos como esse, a identidade indiana é linguísticamente construída em um processo de oposição e diferenciação à identidade paquistanesa (muçulmana e terrorista), além de enquadrá-la como uma vítima das ações deste último.

Outro discurso que vale destaque é o de Mahaveer Singhvi em 2020 durante o *UNOCT Virtual Counter-Terrorism Week*. Mais uma vez, representantes indianos acusam o Paquistão de ser um Estado patrocinador do terrorismo, que engana a comunidade internacional e faz falsas acusações aos indianos, supostamente tentando interfirir inclusive na politica doméstica

---

[10] “Mais uma tentativa de desviar a nossa atenção do contínuo patrocínio do seu país ao terrorismo, ouvimos a ilustre Representante Permanente do Paquistão fazer uma apresentação fantasiosa e enganosa sobre a situação no Estado indiano de Jammu e Caxemira.” (Gambhir, 2017, s.p, *tradução nossa*).

[11] “*Terroristan”*, no original.

[12] Será que a representante do Paquistão negará que as suas Forças Armadas utilizaram repetidas vezes ataques aéreos e artilharia contra o seu próprio povo? Poderá a representante do Paquistão explicar porque é que a sociedade civil paquistanesa está a ser silenciada pela infinidade de milícias fortemente armadas que usam nomes tais como “Jaish”, “Lashkar”, “Sipah” ou “Harkat”? (Gambhir, 2017, s.p, *tradução nossa*).

da Índia. Ao longo do discurso são citados vários casos de suposto envolvimento paquistanês no terrorismo, buscando solidificar a imagem do Paquistão como agressor.

Singhvi chega a afirmar:

> A declaração ridícula do Paquistão que reivindica o crédito pela eliminação da Al-Qaeda é, de fato, irônica, tendo em conta que o rosto global do terrorismo, Osama Bin Laden, foi recentemente glorificado como mártir, por ninguém menos que o Primeiro-Ministro do Paquistão em seu próprio Parlamento, em 25 de Junho de 2020. Isto é uma recordação arrepiante do patrocínio que os terroristas internacionais recebem no Paquistão. (Singhvi, 2020, s.p. *Tradução nossa*)[13].

Ao longo de sua fala, Mahaveer Singhvi chega a citar presumidas declarações de representantes e líderes paquistaneses em uma tentativa de reforçar e credibilizar as acusações indianas ao país: “O primeiro-ministro paquistanês reconheceu publicamente a presença de até 40.000 terroristas no seu país e que terroristas do Paquistão atacaram os países vizinhos.” (Gambhir, 2017, s.p, *tradução nossa*).

Ao mesmo tempo que atribui ao Paquistão uma imagem de Estado patrocinador do terrorismo, intolerante e restritivo, o discurso também elabora um quadro sobre a própria Índia, quando fala por exemplo: "Ao contrário do Paquistão, a Índia não faz qualquer distinção entre terroristas e condena invariavelmente os atentados terroristas em qualquer parte do mundo " (Gambhir, 2017, s.p, *tradução nossa*). Assim a Índia é retratada como um ator responsável na sistema internacional, enfrentando o terrorismo sob todas as suas formas, contrastando com a alegada abordagem seletiva do Paquistão.

Mais próximo do fim do discurso de resposta o representante indiano faz uma forte declaração: "O mínimo que o Paquistão poderia fazer, portanto, é examinar o seu próprio estado lamentável e pôr a sua casa em ordem antes de apontar o dedo aos outros e lançar veneno contra o governo indiano democraticamente eleito e os seus líderes." (Gambhir, 2017, s.p, *tradução nossa*). Nesse sentido, ao mesmo tempo que duramente critica a situação paquistanesa, reforça a imagem democrática indiana e ainda atribuiu um binário de democracia versus autoritarismo, implicitamente colocando o Paquistão no outro lado desta oposição.

O discurso revela a tentativa estratégica da Índia de construir uma identidade específica para o Paquistão na arena global - profundamente associada ao terrorismo e à instabilidade. Ao retratar o Paquistão como um Estado desonesto, a Índia tenta minar quaisquer críticas que o Paquistão possa fazer contra os indianos e quando enfatiza constantemente uma suposta

[13] Pakistan's ludicrous statement claiming credit for elimination of Al Qaeda is indeed ironic, considering that the global face of terrorism, Osama Bin Laden, has recently been glorified as a martyr, by none other then the Prime Minister of Pakistan on the floor of their Parliament on 25th June 2020. This is a chilling reminder of the patronage, that the international terrorists receive in Pakistan (Gambhir, 2017, s.p).

ameaça paquistanesa à segurança global, a Índia procura aumentar a pressão internacional contra o Paquistão.

Neste contexto, fica evidente como a política externa indiana reproduz, discursivamente, uma identidade paquistanesa, e portanto, muçulmana, que os enquadra como os verdadeiros inimigos da nação indiana, terroristas que precisam ser combatidos. O discurso anti-terrorista do BJP constroi uma poderosa narrativa que demarca limites, fronteiras, identidades e alteridades na política externa indiana.

Em paralelo aos discursos de importantes atores da política externa indiana, a Lei de Emenda à Cidadania (CAA), promulgada em 2019, tornou-se a principal diretriz para concessão de cidadania a estrangeiros. A legislação facilita a naturalização de imigrantes provenientes de países vizinhos ao território indiano, especialmente do Afeganistão, Bangladesh e Paquistão. Entretanto, ao restringir a concessão de cidadania a membros de comunidades não muçulmanas desses países, o CAA categoriza exclusivamente os muçulmanos como migrantes ilegais, diferenciando-os de outros grupos religiosos *bem-vindos*:

> Desde que qualquer pessoa pertencente à comunidade hindu, sikh, budista, jainista, parsi ou cristã do Afeganistão, Bangladesh ou Paquistão, que tenha entrado na Índia até o dia 31 de dezembro de 2014 (...) não seja tratada como migrante ilegal para os fins desta Lei (The Gazette of India Extraordinary, 2019, s.p., *tradução nossa*).

Como nos mostra Campbell (1992), esses discursos e narrativas que constroem inimigos possibilitam a ação política. No contexto indiano, argumentamos que esses discursos são justamente a condição de possibilidade da CAA. Esse seria um caso evidente da 'evangelização do medo': um discurso subjetivo que fomenta uma situação de ameaça em relação ao outro, que é extremamente producente para os governantes e para as elites, uma vez que o medo permite a sustentação de políticas públicas diversas que se justificam por causa da existência do inimigo.

Considerações finais

A partir de uma abordagem pós-estruturalista, é possível observar que a política externa indiana, particularmente durante o governo Modi, tem sido utilizada como uma ferramenta discursiva para construir e reforçar uma identidade. Essa estratégia, ancorada na *Hindutva*, instrumentaliza o discurso anti-terrorista para enquadrar o muçulmano como um inimigo externo da Índia. Ao construir o "*Outro*" muçulmano como uma ameaça, o governo de Modi legitima a marginalização de muçulmanos indianos no cenário doméstico.

Sendo assim, fica claro que a *Hindutva* vai além de apenas uma filosofia política, mas um discurso com poderosos efeitos transformadores da realidade. A política externa indiana, nesse sentido, serve como um mecanismo central para produzir e tentar estabilizar uma identidade indiana *hindu* em oposição aos muçulmanos, entendido como '*Outros*' internos e externos.

Os discursos analisados neste artigo demonstram como essa retórica anti-terrorista indiana, direcionada ao Paquistão e aos muçulmanos, está intrinsecamente associada ao nacionalismo hindu. Os muçulmanos, centralizados na figura dos paquistaneses nestes casos, são posicionados como os "*Outros*", que ameaçam não só a comunidade internacional como um todo, mas a integridade indiana/hindu, o que contribui para que políticas islamofóbicas sejam legitimadas no plano doméstico da Índia.

Esse enquadramento intensifica a marginalização e a discriminação institucional contra muçulmanos na Índia, impulsionando políticas discriminatórias como a Lei de Emenda à Cidadania. Logo, esse discurso não apenas molda percepções, mas também permite a implementação de políticas que institucionalizam a exclusão. Ao construir uma narrativa de ameaça, perigo e securitização do outro, a Índia promove uma política externa que favorece o nacionalismo hindu, enquanto alinha cada vez mais suas políticas internas com essa visão.

Referências bibliográficas

AHMAD, Rizwan. (2018), "Renaming India: Saffronisation of public spaces". **Al Jazeera**, 12 de outubro de 2018. Disponível em: https://www.aljazeera.com/opinions/2018/10/12/renaming-india-saffronisation-of-public-spaces/. Acesso em 10 de novembro de 2023.

AHMED, Raja Qaiser. **Pakistan Factor and the Competing Perspectives in India**. Singapore: Palgrave Macmillan, 2022, p. 1-140.

ANDERSON, Edward; JAFFRELOT, Christophe. Hindu nationalism and the 'saffronisation of the public sphere': an interview with Christophe Jaffrelot. Contemporary South Asia, v. 26, n. 4, p. 468–482, 2018.

ANDERSON, E.; LONGKUMER, A. 'Neo-Hindutva': evolving forms, spaces, and expressions of Hindu nationalism. **Contemporary South Asia**, v. 26, n. 4, p. 371–377, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1080/09584935.2018.1548576. Acesso em 09 ago. 2024.

ANISTIA INTERNACIONAL. India: Persecution of minorities and shrinking space for dissent – Submission to the 41st session of Universal Periodic Review Working Group, November 2022. **Anistia Internacional**, 2022. Disponível em: https://www.amnesty.org/en/documents/asa20/5491/2022/en/. Acesso em: 25 junho 2022.

APOORVANAND. (2023), “Why is Modi so scared of history textbooks?”. **Al Jazeera**, 13 de abril de 2023. Disponível em: https://www.aljazeera.com/opinions/2023/4/13/why-is-modi-so-scared-of-history-textbooks. Acesso em 10 de novembro de 2023.

BASRUR, Rajesh. India’s Policy Toward Pakistan. In: MALONE, David M.; MOHAN, C. Raja; RAGHAVAN, Srinath (eds.). *The Oxford Handbook of Indian Foreign Policy*. Oxford: Oxford Handbooks, 2015.

BASRUR, Rajesh. Modi's foreign policy fundamentals: a trajectory unchanged. **International Affairs**, v. 93, n. 1, p. 7-26, 2017. DOI: 10.1093/ia/iiw006.

BBC. Militants attack Indian army base in Kashmir 'killing 17’. BBC, 18 de setembro de 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-asia-india-37399969. Acesso em 6 de novembro de 2024.

BJP. BJP 2014 Manifesto. BJP, 2014. Disponível em: https://www.bjp.org/bjp-manifesto-2014. Acesso em 4 de novembro de 2024.

CAMPBELL, David. **Writing Security**: United States Foreign Policy and the Politics of Identity. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.

CENSUS OF INDIA. Distribution of Population by Religion. Census of India, 2011. Disponível em: https://censusindia.gov.in/nada/index.php/catalog/40443/download/44077/DROP_IN_ARTICLE-04.pdf. Acesso em 9 de agosto de 2024.

DOTY, Roxanne Lynn. Foreign Policy as Social Construction: A Post-Positivist Analysis of U.S. Counterinsurgency Policy in the Philippines. **International Studies Quarterly**, v. 37, n. 3, 1993.

GOLWALKAR, M. S. **Bunch of Thoughts**. Bengaluru: Sahitya Sindhu Prakashan, 1966.

GOLWALKAR, M. S. **We or Our Nationhood Defined**. Nagpur: Bharat Publications, 1939.

GRARE, Frederic. India–Pakistan Relations: Does Modi Matter? **The Washington Quarterly**, v. 37, n. 4, p. 101-114, 2014. DOI: 10.1080/0163660X.2014.1002158.

HALL, Ian. Modi and the Reinvention of Indian Foreign Policy. Bristol University Press: 2019.

HANSEN, Lene. **Security as Practice**: Discourse Analysis and the Bosnian War. Routledge, 2006.

HUJU, Kira. Saffronizing diplomacy: the Indian Foreign Service under Hindu nationalist rule. International Affairs, v. 98, n. 2, p. 423–441, mar. 2022.

HUMAN RIGHTS WATCH. India: government policies, actions target minorities. **HRW**, 2021. Disponível em: https://www.hrw.org/news/2021/02/19/india-government-policies-actions-target-minorities. Acesso em: 25 de junho de 2023.

JAFFRELOT, Christophe. Modi's India: Hindu nationalism and the rise of ethnic democracy. Princeton: Princeton University Press, 2021.

KHILNANI, Sunil. **The Idea of India**. Farrar, Straus and Giroux, 1997.

KINNVALL, Catarina. Populism, Ontological Insecurity and Hindutva: Modi and the Masculinization of Indian Politics. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 32, n. 3, p. 283-302, 2019. DOI: 10.1080/09557571.2019.1588851.

KINNVALL, Catarina; SVENSSON, Ted. Differentiated Citizenship: Multiculturalism, Secularism and India's Foreign Policy. In: SCHMIDT, Johannes Dragsbaek; CHAKRABARTI, Shantanu (orgs.). **The Interface of Domestic and International Factors in India's Foreign Policy**. London: Routledge, 2021.

MILLIKEN, Jenniffer. The Study of Discourse in International Relations: A Critique of Research and Methods. European Journal of International Relations, v. 5, n. 2, 1991, p. 225-254.

MODI, Narendra. English rendering of the PM's statement at the general debate of the 69th session of the United Nations General Assembly (UNGA). PM India, 27 de setembro de 2014. Disponível em: https://www.pmindia.gov.in/en/news_updates/english-rendering-of-the-pms-statement-at-the-general-debate-of-the-69th-session-of-the-united-nations-general-assembly-unga/. Acesso em 6 de novembro de 2024.

MODI, Narendra. "We strongly….". Twitter/X, 18 de setembro de 2016. Disponível em: https://x.com/narendramodi/status/777417302912430080. Acesso em 6 de novembro de 2024.

NEHRU, Jawaharlal. 1947. **"Tryst with Destiny | Pandit Jawaharlal Nehru Independence Day Speech | 1947**". Youtube, upado em 14 de agosto de 2022. Disponível em: https://youtu.be/2Cudc5Mhlcc. Acesso em 7 de julho de 2023.

NEUMANN, Iver B. Discourse Analysis. IN: KLOTZ, Audie; PRAKASH, Deepa (eds.). Qualitative Methods in International Relations: A Pluralist Guide. Palgrave Macmillan, 2008.

PEW RESEARCH CENTER. Religious demography of Indian states and territories. Pew Research Center, 21 de setembro de 2021. Disponível em: https://www.pewresearch.org/religion/2021/09/21/religious-demography-of-indian-states-and-territories/. Acesso em 8 de novembro de 2024.

ROHAN, Mukherjee. India-Pakistan Relations. IN: INOGUCHI, Takashi (org.) **The SAGE Handbook of Asian Foreign Policy**. SAGE, 2020.

RSS. **Rashtriya Swayamsevak Sangh**: Vision and mission, 2012. Disponível em: https://www.rss.org/Encyc/2015/3/13/Vision-and-Mission.html. Acesso em 04 julho 2022.

SAVARKAR, Vinayak Damodar. **Essentials of Hindutva**. New Delhi: Bharti Sahitya Sadan, 1923.

SWARAJ, Sushma. General Debate of the 71st Session of the United Nations General Assembly: Statement by Hon'ble External Affairs Minister Mrs. Sushma Swaraj. Permanent Mission of India to the UN, 26 de setembro de 2016. Disponível em: https://pminewyork.gov.in/pdf/uploadpdf/5475671st_eam_stmnt.pdf. Acesso em 6 de novembro de 2024.

THAROOR, Shashi. **Why I Am a Hindu**. Scribe Publications: 2018.

THE GAZETTE OF INDIA EXTRAORDINARY. The Citizenship (Amendment) Act, 2019. Ministry of Law and Justice. 12 dezembro 2019, disponível em: https://egazette.nic.in/WriteReadData/2019/214646.pdf. Acesso em 04 de julho de 2022.

THE HINDU. Modi stuns all with surprise stopover in Lahore. The Hindu, 17 de novembro de 2021. Disponível em: https://www.thehindu.com/news/Modi-stuns-all-with-surprise-stopover-in-Lahore-following-unannounced-stop-in-Kabul/article60514835.ece. Acesso em 6 de novembro de 2024.

WOJCZEWSKI, Thorsten. Populism, Hindu nationalism, and foreign policy in India: the politics of representing “the people”. **International Studies Review**, v. 22, n. 3, p. 396–422, set. 2020.